



N.º 2

**ACTA DA SESSÃO ORDINÀRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA
EFECTUADA EM 30 DE ABRIL DE 2005**

Aos trinta dias do mês de Abril de dois mil e cinco, reuniu, pelas quinze horas e quinze minutos, no Salão da Casa do Povo de Vendinha, a Assembleia Municipal de Évora, com a com a seguinte **Ordem do Dia**:

1. **Informação sobre a Freguesia de S. Vicente do Pigeiro;**
2. **Informação do Sr. Presidente da C.M.E. sobre a actividade do município, bem como da situação financeira do mesmo;**
3. **Deliberação sobre a proposta da C.M.E. referente à Documentação de Prestação de Contas do exercício de 2004;**
4. **Deliberação sobre a proposta da C.M.E. para aplicação do resultado líquido do exercício de 2003;**
5. **Deliberação sobre a proposta da C.M.E. para aplicação do resultado líquido do exercício de 2004;**
6. **Deliberação sobre a proposta da C.M.E. para repartição do saldo actual de Resultados Transitados;**
7. **Deliberação sobre uma rectificação da deliberação da Câmara tomada na sua reunião de 8/09/2004, referente à venda de 3 lotes de terreno à Cooperativa de Habitação Económica CHC;**
8. **Deliberação sobre a proposta da C.M.E. relativa ao processo n.º 28 – Hasta Pública para venda de lotes municipais destinados a habitação, comércio/serviços e habitação/comércio, localizados nas seguintes zonas do concelho: 1 no Bairro dos Canaviais, 3 no Ferragial do Moinho do Cu Torto, 3 na Horta dos Álamos, 2 no Bairro da Malagueira, 5 no Bairro de Santa Luzia e 2 em S. Miguel de Machede;**
9. **Deliberação sobre a proposta da C.M.E. referente ao processo n.º 29 – Hasta Pública para venda de lotes municipais destinados a equipamento social, equipamento hoteleiro, jardim de infância e lar de idosos, localizados nas seguintes zonas do concelho: 1 na Horta das Figueiras, 2 na Horta dos Álamos e 1 na Tapada do Matias.**

A Mesa foi constituída por:

Presidente – Luís Manuel Capoulas Santos

1º Secretário – José da Silva Costa Russo

2º Secretário - João Luís Iatas Lázaro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, José Ernesto d'Oliveira, e pelos Srs. Vereadores Miguel Lima, Filomena Araújo, Clara Grácio e Carlos Reforço.

Na AME verificaram-se as seguintes presenças: Luís Capoulas Santos, Luís Varela (em substituição de Maria Helena Zuber), Acácio Alferes, Mafalda Troncho, Raimundo Cabral, Rui Rosado, José Russo, José Luís Cardoso, Carmen Cangarato (em substituição de Jorge Lourido), António Serrano, Celino Silva, Maria Augusta Pereira, João Andrade Santos, Paula Cristina de Deus (em substituição de Luís Carmelo), Maria Helena Costa, Nuno Lino, João Lázaro, Carlos Percheiro, António Ventura Ramos, Luís Pasadas, José Mateus, Baltazar Damas, Maria Luísa Baião, Vitor Santos, Isidoro Calado Piteira (em substituição de Estevão Bicho), António Metrogos (em substituição de Francisco Estevão),

José Piteira, João Valverde, João Ricardo, José Bravo Nico, Maria Gabriela Silva, José Calado.

Foram registadas as faltas dos Sr(a)s. Carmen Balasteros, José Palma Rita, Rui Grilo, Helena Teixeira da Silva, Isidro Lobo, António Russo, João Rodrigues e Jerónimo Mendes.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

Aberta a sessão, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Évora** começou por agradecer, em seu nome e em nome de todos os membros da Assembleia Municipal de Évora, ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Vicente do Pigeiro o bom acolhimento e a visita aquela terra, e saudar especialmente a sua população.

De seguida, foi actualizada a informação aos Srs. Deputados Municipais, sobre a correspondência recebida desde a última reunião até à presente data.

O **Sr. Presidente** comunicou que tinham entrado na mesa três moções, tendo sido atribuído a cada uma, o número correspondente à sua ordem de entrada.

A Moção número um, sobre o “25 de Abril” apresentada por vários Srs. Deputados do Partido Socialista, foi lida, a pedido do Presidente, pelo Sr. Deputado Acácio Alferes, e anexa a esta acta.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

A moção número três, apresentada pelos Srs. eleitos da CDU, por versar sobre o mesmo assunto, “25 de Abril e 1º de Maio” foi lida, em seguida, pela sua primeira subscritora, a Sr.^a Deputada Maria Helena Costa, e anexa a esta acta. Procedeu-se à discussão conjunta destas duas moções.

Tomou a palavra o **Sr. Deputado Acácio Alferes** para declarar que, em seu nome e em nome da bancada do PS, *“a moção da CDU não merece aprovação, o que fica a dever-se a uma redacção que ultrapassa em muito os valores base do 25 de Abril. Pode até ser interpretada como um aproveitamento de uma data memorável, como foi o 25 de Abril, para um caso concreto que tem aspectos positivos, mas tem aspectos, entretanto, de alguma dúvida”*.

O **Sr. Presidente** tomou então a palavra para esclarecer que, tendo a Assembleia Municipal, em sessões anteriores, discutido o conflito laboral que se vive na referida empresa “TYCO”, deseja sublinhar que recebeu uma carta do Presidente desta empresa convidando o Presidente da Assembleia Municipal, para uma troca de impressões, onde pretende esclarecer a situação. Ainda não foi, entretanto, possível agendar esse encontro, a que o Presidente da Assembleia Municipal disse dispor-se com prazer, e na sequência do qual informará a Assembleia Municipal.

A **Sr. Deputada Helena Costa** pediu a palavra para expressar grande preocupação pela sua constatação de que os Órgãos com responsabilidades políticas na região, como é o caso da Assembleia Municipal, se tentem alhear do que se passa à sua volta. *“Trazer aqui moções só para dizer que o 25 de Abril foi bom, e nós sabemos que foi, não chega. É preciso falar de casos reais mas, infelizmente, não é só a Assembleia*

Municipal que se escusa a fazê-lo. O Diário do Sul, na pessoa do Sr. Piçarra, comunicou-nos a nós, sindicalistas, que falar da “TYCO” nem pensar. Exemplo disso é a reportagem que publicou sobre a jornada de luta do passado dia 13, na Praça do Giraldo, de solidariedade com os dirigentes e delegados despedidos, em que se omite o nome da empresa, referindo-se a uma fábrica local. Da mesma maneira se omite que os 5 despedidos eram sindicalistas, referindo-se a 5 funcionários. Esta é uma prova do que queremos dizer e do que queremos esconder. Aquilo para que pretendo chamar a atenção, é que ao recearmos falar da TYCO porque ela poderá levar daqui o trabalho, estamos a permitir que cada vez a retirada de direitos seja maior, que a concentração da produção se faça nos armazéns, e que a mesma empresa se retire ainda mais depressa. Lamento a falta de consciência política que impede este Órgão de levantar a voz, uma vez que todos temos conhecimento do que se



passa. Reafirmo que o que se passa nesta empresa só é comparável a um campo de concentração.”
Concluiu a Sr.^a deputada Helena Costa.

Posta então à votação, a moção número um, sobre o 25 de Abril, apresentada pelos Deputados do Partido Socialista, foi aprovada por unanimidade, com trinta e dois votos do PS, da CDU e do PSD. A moção número três, sobre o 25 de Abril e 1º de Maio, apresentada pelos deputados da CDU foi reprovada com onze votos a favor, de deputados da CDU, dezoito votos contra de deputados do PS e do PSD, e três abstenções de deputados do PS e da CDU.

Na sequência destas votações, quiseram três Srs. Deputados fazer declarações de voto. O **Sr. Deputado José Luís Cardoso** declarou: *“Concordando com a moção apresentada pela bancada da CDU, a ser verdade o seu conteúdo. Acho que se deve dar oportunidade à Administração da TYCO para falar ao Presidente da Assembleia Municipal, de modo a podermos dispor de duas versões sobre esta situação. Sem pôr em causa nada do que aqui foi dito, parece-me importante ouvir as duas partes. Esta é a razão que justifica a minha abstenção.”*

O **Sr. Deputado Acácio Alferes**, usou da palavra para afirmar: *“Votei contra a moção apresentada pela CDU porque entendo que a mesma fere o espírito de abrangência democrática do 25 de Abril, ao descer a casos concretos que poderiam ser discutidos noutra altura com outro tipo de informação.”*

O **Sr. Deputado João Andrade Santos** esclareceu: *“Gostaria que ficasse registado em acta que votei a favor da moção apresentada pela CDU, porque considero o conceito de liberdade, recuperada com o 25 de Abril, inseparável da liberdade económica e das liberdades mais básicas, que consistem em não viver em ambiente de repressão no local de trabalho. E se dúvidas existem, em relação ao facto de ter havido cinco delegados sindicais despedidos, seria bom que essa dúvida ficasse claramente expressa nesta Assembleia. O facto de alguma imprensa escamotear dados materiais óbvios, como o facto dos trabalhadores despedidos da TYCO serem delegados sindicais, não altera esse facto. A liberdade sindical é suprimida quando, quem a assume e pratica, é privado do seu direito ao trabalho.”*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Passando à moção número dois intitulada “A Ecopista e a Qualidade de Vida em Évora”

O **Sr. Presidente** solicitou ao seu subscritor, o Sr. deputado António Serrano, que lesse o respectivo texto que fica anexo a esta acta.

Posta, em seguida à votação, esta moção foi aprovada por unanimidade com trinta e dois votos a favor, dos deputados do PS, CDU, e PSD.

Nesta altura, o **Sr. Presidente** propôs à Assembleia a apreciação do projecto de acta relativa à sessão ordinária de 18 de Dezembro de 2004.

Não havendo alterações, procedeu-se à votação da acta que foi aprovada por maioria com vinte e sete votos a favor e cinco abstenções.

Ainda no Período Antes da Ordem do Dia, o **Sr. Presidente da Câmara Municipal** solicitou o uso da palavra para informar que Évora recebe o Sr. Presidente da República, no dia 4 de Maio. *“Trata-se de uma visita no quadro da Presidência aberta sobre o problema da sinistralidade rodoviária. Os Portugueses são assim convidados a reflectir e a mudar comportamentos, nomeadamente através do exercício de uma cidadania conscienciosa, quando ao volante, como utilizadores das estradas portuguesas. Os números da sinistralidade são assustadores. No ano passado ocorreram acidentes que envolveram directamente 55 mil portugueses. Desses, 6.700 morreram. 1 500 morreram imediatamente, tendo outros cinco mil morrido em consequência desses ferimentos. Outros milhares ficaram mutilados ou com mazelas para o resto da sua vida. São, entretanto, incontáveis os milhares de familiares e amigos a quem este problema acarretou dor, luto, sofrimento e perdas de diversa natureza.*

Por tudo isto, entendeu o Sr. Presidente da República assinalar este último período do seu mandato com uma Presidência aberta exclusivamente dedicada ao problema da sinistralidade. Esta iniciativa tem início já amanhã, dia 1 de Maio, prolonga-se pelos 3 dias seguintes. O Sr. Presidente da República visita os chamados “pontos negros” identificados por todo o país, e convida todos os Portugueses e todas as instituições a se envolverem no combate à sinistralidade, promovendo a mudança de comportamentos e de atitudes. É uma honra para a cidade de Évora poder acolher o Sr. Presidente da República para o encerramento desta iniciativa, o que acontecerá cerca das 17.30h no Salão Nobre dos Paços do Concelho”. No seguimento desta informação, o Sr. Presidente da Câmara Municipal convidou toda a população a comparecer na Praça do Sertório, na tarde de dia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

4 de Maio, para aí acolher o Sr. Presidente da República. Apresentou ainda, com pormenor, o conjunto de acções programadas para Évora no âmbito desta iniciativa, solicitando em seguida, à Sr.^a Vereadora Filomena Araújo que complementasse a informação sobre este evento.

A **Sr.^a Vereadora Filomena Araújo** aproveitou para cumprimentar a Assembleia, já que assumiu recentemente as funções de Vereadora na Câmara Municipal, na sequência do lugar deixado vago pelo Sr. Vereador João Libório. Acrescentou depois que, no que concerne à referida Presidência Aberta, cada dia é dedicado a um dos temas que se entrosam na complexidade do problema da sinistralidade rodoviária, sendo o último dia, em Évora dedicado à cidadania. *“O Sr. Presidente da República entende que sendo este um problema de cidadania, o concelho de Évora tem demonstrado ser sensível a esta causa e por ela motivado. Pretende-se assim, sensibilizar todos para a sua responsabilidade na promoção de uma mudança que conduza a mais vida. Apelamos, por isso, à participação de todos, podendo essa participação assumir diferentes formas: seja a presença nos vários locais da iniciativa; o envio de flores para construção de um painel; a distribuição de informação junto de escolas, instituições de idosos; a adesão no dia seguinte, 5 de Maio, ao “Dia Nacional da cortesia ao volante”; ou a consciencialização de que estes dias não podem ser os últimos. Eles, deverão antes, ser pontos de um percurso a continuar, para fazer de Évora um exemplo neste esforço de cidadania e de promoção de uma cultura de segurança.”* Considerou a Sr.^a Vereadora Filomena Araújo.

Continuando no Período Antes da Ordem do Dia, tomou a palavra o **Sr. Deputado João Valverde**, Presidente da Junta de Freguesia de N^a S^a da Tourega, para apelar a um maior investimento na promoção turística das freguesias rurais do concelho de Évora, a propósito da aproximação do período de Verão que costuma atrair a Évora um elevado número de turistas. *“Sabendo nós que neste momento o Alentejo atravessa uma enorme crise de desemprego, e sabendo também, que o turismo constitui, talvez, a terceira maior riqueza mundial, eu penso que o Alentejo tem que apostar a sério neste sector por forma de libertar-se desta grande crise, e do grande risco que está correndo. Nós sabemos que os meios rurais são ricos em monumentos históricos mas pobres em acessos, divulgação, e outras estruturas de apoio. Por isso, faço um apelo a todos, desde a Comissão Regional de Turismo, às Autarquias, para que façam um grande investimento no arranjo dos monumentos, na sua divulgação, nos acessos, para se tornar possível levar o turismo a esses sítios rurais, e assim prolongar a sua estadia no nosso concelho. Tendo tido conhecimento que no distrito*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

de Évora foram criadas três associações “ Terras Dentro”, “ Trilho”, e “Alliende”, quero aqui lamentar que as mesmas não tenham feito nada neste concelho, quando sabemos que receberam muitos milhares de Euros. Quero também dizer, que a minha freguesia, de N^a Sr.^a da Tourega, é das freguesias rurais que mais monumentos turísticos tem, sendo com tristeza que os vejo desvalorizados por quem de direito. Deixo então o meu apelo a esta Assembleia, para que todos nos unamos no objectivo de valorizar este património, bem como a oferta turística nos meios rurais, já que esta pode até ser uma das formas de criar alguns novos postos de trabalho, tão necessários entre nós.” Disse o Sr. deputado João Valverde

Dando continuidade ao mesmo Período Antes da Ordem do Dia, o **Sr. Deputado José Luís Cardoso** tomou então a palavra para expressar as seguintes opiniões: *“Considero a Ecopista de Évora como um dos actos importantes para o cumprimento da excelência prometida na última campanha eleitoral autárquica que levou o PS ao poder. De facto, a ecopista é excelente. Mas gostaria também de me referir a uma outra necessidade que se verifica o Bairro dos Álamos, concretamente um pontão em madeira que está previsto venha a fazer a ligação entre aquela zona e a cidade. Quando essa estrutura ficar implantada serão muitas as viaturas que não terão de se deslocar para o centro histórico promovendo assim uma generalizada melhoria da qualidade de vida. Esta é uma sugestão que gostaria de aqui deixar.*

Por outro lado, porque já aqui me referi no passado ao atendimento dos munícipes na secção de obras - talvez o “calcanhar de Aquiles” da Câmara de Évora como de qualquer município -, quero dizer que registo uma evolução extremamente positiva. Isso mesmo pude constatar aquando da necessidade de tratar assuntos de natureza pessoal, bem como de natureza profissional.” Concluiu o Sr. Deputado José Luís Cardoso.

Ainda no Período Antes da Ordem do dia, tomou a palavra o Sr. Deputado João Andrade Santos para afirmar que considera de grande interesse as questões atrás levantadas pelo **Sr Deputado municipal João Valverde**, em matéria de turismo, e de turismo em espaço rural. *“Contudo, por não estar esta matéria agendada e não estando presentes os representantes das entidades, por ele abundantemente postas em causa, permito-me sugerir, caso o Sr. João Valverde esteja efectivamente interessado no esclarecimento destas questões, que essas mesmas entidades sejam convidadas a se deslocarem à Assembleia Municipal de Évora para apresentarem os seus planos de trabalho e responderem às questões que foram levantadas.*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Parece-me, no entanto, que ao longo de todo o funcionamento das associações de desenvolvimento local e dos projectos “líder” no território do Alentejo, nunca sequer um milhão de contos foi canalizado para o Alentejo por essas vias, como aliás um ex-ministro da agricultura, muito bem sabe”. Argumentou o Sr. Deputado João Andrade Santos.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Évora evidenciou então a disponibilidade da Mesa para agendar uma audição sobre o tema do turismo em espaço rural, caso venha a ser manifesto esse interesse por parte dos membros da Assembleia Municipal.

Em seguida o **Sr. Presidente** pôs à consideração da Assembleia o possível agendamento de um novo ponto na Ordem de Trabalhos. *“Solicitou-nos a Câmara Municipal já depois de expedida a convocatória desta Assembleia que fosse agendado um novo ponto na Ordem de trabalhos. De acordo com o nosso Regimento é de facto possível alterar a Ordem de trabalhos, desde que nos termos do art.33, n.º2, c), se verifique uma maioria favorável de dois terços dos membros da Assembleia.*

O ponto que a Câmara Municipal solicita que seja agora agendado, surge na sequência de uma decisão tomada em reunião pública da CME de 27/04/05. Trata-se da aquisição de nove hectares de terreno destinado à construção do Parque Desportivo Municipal. Antes de colocar à votação o agendamento deste ponto, solicito ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que brevemente explique as razões deste seu pedido.” Preciso o Sr. Presidente da AME.

O Sr. Deputado Celino Silva solicitou, um ponto de ordem à mesa na sequência do que o Sr. Presidente lhe deu a palavra. Expôs então o Sr. deputado Celino Silva o seguinte: *“ Temos que ter muito cuidado com este tipo de coisas porque a Assembleia não se pode transformar numa extensão daquilo que é a actividade da Câmara. Nós sabemos que de facto estão em cima da mesa propostas de legislação que apontam para que de facto as Assembleias Municipais se transformem em câmaras de eco das Câmara Municipais, e que os Presidentes das Câmaras se transformem, ou quase, em Presidentes das Assembleias. Isto não pode ser. Temos que respeitar que a Assembleia funciona com prazos, que tem que existir um tempo para preparar e estudar as matérias aqui trazidas, porque só assim tem condições para deliberar.”* Disse o Sr. Deputado Celino Silva.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O **Sr. Presidente da Assembleia** entendeu então esclarecer: “A Assembleia Municipal nunca será, - enquanto eu for presidente, e tenho a certeza enquanto qualquer dos membros que aqui está a ela pertencer- um órgão fantoche da Câmara. Pela minha parte nunca o permitirei, como estou certo o Sr. Deputado Celino Silva, ou qualquer outro dos Sr. Deputados membros desta Assembleia, também não o permitiria. O que agora vos proponho é uma deliberação nos termos previstos pela lei. Esta deliberação será democraticamente tomada, no caso de reunir o número necessário de votos favoráveis, ou não será tomada se não reunir esses votos. Proponho então que nos dignemos ouvir as explicações do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Évora para em seguida, livre e democraticamente, tomarmos a decisão. Certo é que o assunto só será agendado se dois terços dos presentes votarem favoravelmente. Ou seja, estando hoje aqui trinta e dois senhores deputados, serão necessários vinte e um votos a favor. Caso esses votos não se verifiquem o assunto será agendado na próxima sessão.”

No seguimento deste esclarecimento o Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para que este explicasse as razões que o levaram a solicitar o agendamento de um novo ponto na Ordem de Trabalhos.

Antes dessa explicação, o **Presidente da Câmara** quis explicitar: “Também eu, como Presidente da Câmara Municipal jamais me permitirei desrespeitar esta Assembleia ou não contribuir ao máximo para o prestígio dos Órgãos Municipais. Sempre me tenho pautado por esse respeito quer se trate da Assembleia Municipal e as suas competências próprias, quer se trate das Juntas de Freguesia. Declaro-me aqui, publicamente favorável a que as Assembleias Municipais vejam aumentados os seus poderes de fiscalização, de representatividade, essenciais a uma democracia local que queremos cada vez mais prestigiante”.

Após este esclarecimento, o **Sr. Presidente da Câmara** continuou, expondo as razões que, no seu entender, justificam a inclusão de um novo ponto na Ordem de Trabalhos desta Assembleia: “ O pedido de tratamento deste assunto resulta da grande importância que a Câmara Municipal lhe atribui. Trata-se de dotar a cidade de Évora de uma infra estrutura desportiva tão importante como a pista de atletismo. Évora é, aliás, a única capital de distrito do nosso país, que não dispõe de estruturas deste tipo. Porquê agora ? Porque é agora que há dinheiro disponível. O Gestor do Programa de Apoio comunitário garante à Câmara Municipal de Évora que financiará esta pista de atletismo se formos capazes de apresentar a respectiva candidatura até ao final do mês de Junho. E



porquê só agora? Porque todo o processo negocial e burocrático inerente à preparação desta aquisição é longo e só agora ficou concluído. Por isso, só na reunião de Câmara da última quarta feira, foi possível aprovar esta compra. Nesse mesmo dia, escrevi ao Presidente da Assembleia Municipal, solicitando-lhe este agendamento nos termos da lei e do regimento. Trata-se da vontade de colocar rapidamente esta estrutura ao serviço da população. A Câmara Municipal aprovou por unanimidade esta proposta, num gesto democrático e de profundo sentimento de responsabilidade. E assim apresentamos o mesmo assunto, com toda a transparência e legitimidade, à Assembleia Municipal para que esta exerça o seu poder deliberativo.”

O **Sr. Presidente** colocou de seguida, à votação, a inclusão de um novo ponto na ordem de trabalhos denominado: “*Proposta de aquisição de terreno para construção do Parque Desportivo*”. Esta inclusão foi aprovada por maioria, com vinte e dois votos a favor e dez abstenções.

Após a votação, o **Sr. deputado João Valverde** solicitou a palavra para fazer a seguinte declaração de voto “*É de lamentar que, passados poucos dias sobre as comemorações do 25 de Abril, e em vésperas das do 1º de Maio, se assista a esta abstenção da CDU, numa tentativa de impedir a Câmara de resolver um problema que se arrasta há 25 ou 30 anos. É de lamentar que, se queira assim dificultar o acesso às verbas que vão permitir oferecer aos jovens condições para a prática desportiva, que nos permitem servir a cidade e servir o povo. É de lamentar.*” Concluiu o Sr. deputado João Valverde.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO UM – INFORMAÇÃO SOBRE A FREGUESIA DE S. VICENTE DO PIGEIRO

Tomou então a palavra o **Sr. Presidente da Junta de Freguesia de s. Vicente do Pigeiro**, José Morais Calado, para assim expor : “*Ex. mo Sr Presidente, Ex.mos Srs. e Sr^{as} membros da*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Assembleia Municipal, Ex. mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Évora, Ex.mos Srs. e Sr^{as} Vereadores Municipais, amiga e dedicada população da Vendinha, minhas senhoras e senhores; começo por vos dar as boas vindas, em meu nome e em nome da população da Freguesia de S. Vicente do Pigeiro. Quero expressar-vos quanto nos honra e engrandece a vossa presença, e a realização desta Assembleia na nossa terra. A mesma representa para todos nós um claro sinal da importância que nos é reconhecida, estendendo-se mesmo como uma manifestação de apreço pelo que conseguimos, ao mesmo tempo que nos demonstram podermos contar com todo o vosso apoio na concretização dos objectivos em que nos empenhamos, tendo em vista, o desenvolvimento da freguesia e o bem estar dos seus habitantes. Por isso, bem hajam e sejam bem-vindos.

Todos nós, ao longo da vida, de uma forma ou de outra, por este ou por aquele motivo, com mais ou menos vontade, maior ou menor dificuldade, somos levados a tomar opções. São estas opções, e os resultados que as mesmas produzem, que vão moldando a nossa personalidade e deixando um rasto no percurso que vamos trilhando, conforme se as opções são boas ou más. Por isso se diz, sabiamente que a vida é feita de opções.

Meus amigos, neste sentido, há uns meses atrás, - não passaram muitos mas parecem muitos e já vos explico porquê – fui convencido pela minha consciência a tomar uma decisão que não tendo sido das mais difíceis, eu quero que seja, e tenho a certeza será, uma das mais importantes decisões da minha vida.

Assim, após reunir um grupo de gente boa, dedicada, coesa, trabalhadora, sem interesses pessoais, e amigos da sua aldeia, - deixo aqui um abraço para toda a minha equipa- decidi candidatar-me ao cargo de Presidente de Junta de Freguesia da minha terra. Candidatei-me para ganhar. Porque era urgente e necessário mudar. e mudar para melhor o estado em que a freguesia se encontrava. E esta freguesia, meus amigos, já está a mudar e a mudar para melhor, como facilmente se pode ver. Gostaria de, neste momento, e nesta Assembleia, aproveitar a oportunidade para publicamente manifestar o enorme sentimento de gratidão que devo a alguém que tem sido muito importante para mim, pelo incentivo inicial, o apoio constante, a compreensão e paciência que tem tido comigo - à minha mulher e aos meus filhos. Mas eles sabem que também foi por gostar muito deles, e me preocupar com o seu futuro e com o futuro da nossa terra que me candidatei.

As batalhas não se ganham só com generais, nem apenas com soldados. É no esforço conjunto que se procuram as vitórias. Para isso tenho contado com apoio da população da Vendinha que deu, e continua a dar, dia a dia, provas de que não só quis a mudança, mas exige que ela se desenvolva. Devo ser, entre todos, o mais inexperiente, mas nestas situações somos obrigados a aprender



depressa, e por isso, estou à vontade para afirmar que é no poder local, e na gestão das autarquias que o exercício da democracia mais fortemente se sente. Aqui, para além da obrigação de solucionar os problemas de gestão, os problemas são-nos colocados de uma forma directa, e quase familiar, devido à proximidade com a população. Essa proximidade faz aumentar as nossas responsabilidades. Mas isso tem um lado muito bom: faz redobrar o desempenho na procura da solução, assim como aumenta o grau de satisfação que sentimos quando conseguimos essa solução. Aqui, na freguesia de S. Vicente do Pigeiro não temos tido tarefa fácil. Sabíamos que havia muito para fazer. Sabíamos que iríamos encontrar muitas dificuldades, no entanto, entre o que imaginamos e as dificuldades que temos sentido, - brincando um pouco, e comparando - atrevo-me a dizer que é capaz de ser mais fácil fazer o Benfica campeão de futebol.

Mas foi para resolver os problemas que me candidatei e que a população da freguesia me elegeu, é pois para isso que cá estamos. Ao mesmo tempo, com todas as dificuldades não abduco de tentar cumprir os meus objectivos. Quando, eu e a minha equipa, nos comprometemos a alterar os destinos que a freguesia trilhava, sabíamos que havia muito para fazer. Quem estivesse um pouco atento e olhasse à sua volta, não precisava de se esforçar muito, nem de subir ao alto do depósito da água, para com facilidade se aperceber que havia uma enorme diferença entre o que tínhamos e o que precisava-mos de ter, para nos colocarmos pelo menos em igualdade de circunstâncias com as outras freguesias nossas vizinhas. A ideia que ficava era a de que a aldeia tinha parado no tempo, não evoluía, vivia apenas para o essencial, fechando-se em si própria e assobiando para o ar, fingindo que estava tudo bem. A verdade é que nem todos assobiavam para o ar, felizmente a grande maioria dos Vendinhenses pensava como nós, tal como demonstraram quando isso lhe foi pedido em Setembro de 2004. Possivelmente, com a vossa experiência o que vos vou dizer não é novidade, mas para mim foi: É possível que também tenham tido e sentido as mesmas preocupações; posto não sei quantas vezes as mãos na cabeça dizendo mal da vida, face ao número de problemas que iam surgindo e era preciso resolver, quando, como eu, assumiram funções. Possivelmente vós já estais curados mas eu ainda não. Eu ainda estou em convalescência, e há sempre o perigo de uma recaída. Com enormes dificuldades organizativas, de gestão, e principalmente financeiras, começamos a atacar os problemas que sabíamos que existiam, ao mesmo tempo que surgiam outros que nem por sombras imaginávamos poderem existir, e que eram nalguns casos bem mais graves do que os primeiros. Fomos trabalhando, arrançando soluções, algumas são autênticos milagres de engenharia patrimonial e financeira, candidatas a medalhas do salão de invenções de Genebra; outras apenas fruto da boa vontade de alguns como nós. Mas fomos fazendo e não queremos parar



de fazer. A título de exemplo, - porque se fosse a referir-me a tudo monopolizaria esta Assembleia, vocês ficariam fartos de me ouvir e nunca mais voltariam cá, sendo que eu não quero isso – lembro um pouco do que fizemos pela Junta de Freguesia : adquirimos um tractor e o respectivo equipamento, um computador para os serviços administrativos; instalamos a caixa multibanco; comprámos novo fardamento para os funcionários da Junta; colocámos ecopontos; começamos a realizar obras junto ao cemitério; realço que da Câmara Municipal de Évora recebemos a verba para a entrada e compra do tractor e os materiais para as obras junto ao cemitério; com o dinheiro dos vencimentos dos membros do executivo da Junta, que quero lembrar, abdicaram dele em prol da freguesia como tinham prometido aos Vendinhenses, instalamos o equipamento de ar condicionado no Jardim de infância, na Escola Primária e na Associação de Caça; Oferecemos um computador ao Grupo Desportivo; entregámos quatro relógios de competição ao Grupo Colombófilo; demos duzentos euros à Associação Juvenil como subsídio; demos quinhentos euros para a Igreja; comprámos uma imagem de Nossa Senhora de Fátima para a ermida junto ao cemitério; colocamos um relógio na Praça principal; oferecemos um lanche à população no passado dia 25 de Abril.

Tudo isto foi feito apesar de termos encontrado na Junta uma dívida que temos que gerir. Quando eu antes dizia que tinham passado poucos meses mas que pareciam muitos era a isto que me referia, já que foi necessário muito trabalho, dedicação e alguns sacrifícios individuais para se fazer tudo o que foi feito, ainda por cima, com os poucos meios que possuíamos, e em tão pouco espaço de tempo.

Lembrando alguém que, como todos nós, amava a liberdade e a democracia, e foi combatente das injustiças e das desigualdades sociais, também eu tive um sonho: o sonho de ver a minha terra crescer e criar estruturas que lhe garantam um desenvolvimento seguro. O sonho de melhorar cada vez mais as condições de vida dos seus habitantes; o sonho de tornar mais agradável e despreocupado o futuro dos mais idosos.

Mas, meus amigos, e ilustres representantes populares, para que tudo isto se concretize ainda há muito para fazer. È certo que a maioria do que foi feito, e foi sempre sem qualquer auxílio exterior à Junta de freguesia e aos membros do seu executivo, a verdade, minhas senhoras e meus senhores é que não somos milagreiros e muito menos falsos profetas. Somos humanos, sensatos, verdadeiros e cumpridores da nossa palavra. E por muito boa vontade que tenhamos, há promessas que só poderemos cumprir se tivermos o apoio daqueles que o prometeram. É nestas promessas que lembro as situações que são necessidades de há muitos anos, que nos envergonham quando a elas nos temos de referir; sentimos mágoa quando algum dos nossos nos deixa, e ainda mais quando não



dispomos de um lugar digno e próprio para dele nos despedirmos. Não temos uma casa mortuária. Em pleno século XXI, num Alentejo cada vez mais bonito, desenvolvido, procurado e elogiado, os nossos esgotos vão parar ao ribeiro. Não temos ETAR. Queremos que o Centro de dia passe a Lar de permanência. Queremos requalificar a nossa Praça. Mas tudo isto, meus amigos, só o conseguiremos com as ajudas que nos foram prometidas, e que estou certo, não nos faltarão. A população da Vendinha acredita em nós, é nossa obrigação responder a essa confiança. Para isso, primeiro é necessário acreditarmos que vamos conseguir cumprir; mas também necessitamos de receber sinais fortes e concretos de que vale a pena continuarmos. Pois seria frustrante, e indigno da nossa parte atraiçoar, por falta de apoios, os sentimentos e a vontade daqueles que em nós confiaram.

Termino, reafirmando o prazer da vossa presença e agradecendo a atenção que me dispensaram, com a esperança, diria até, que se volte a realizar nesta freguesia uma outra Assembleia Municipal, ainda comigo como Presidente da Junta. Muito Obrigado.” Concluiu o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Vicente do Pigeiro, José Manuel Calado

Na sequência desta intervenção, o **Sr. Presidente da Assembleia** agradeceu a exposição, e declarou aberta a discussão sobre este ponto na Ordem de Trabalhos.

O Sr. deputado e Presidente da Junta de Freguesia de S. Miguel de Machede, José Bravo Nico tomou a palavra para agradecer, em nome da bancada parlamentar do PS, a amabilidade com que este anfitrião e o povo da Vendinha receberam os membros da Assembleia Municipal, e felicitá-lo pelo impulso de desenvolvimento que ali constata. Na sua qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de S. Miguel de Machede, o Sr. deputado Bravo Nico quis solidarizar-se com o Presidente da Junta de Freguesia de S. Vicente do Pigeiro já que segundo disse, conhece bem as características muito específicas do exercício deste cargo em meio rural.

Sobre este primeiro ponto da ordem de trabalhos, pronunciou-se ainda o Sr deputado João Valverde para reforçar as felicitações ao Presidente da Junta de Freguesia de S. Vicente do Pigeiro, e incentivá-lo a continuar no futuro com a força e entusiasmo que manifesta ter no presente.

O **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, quis referir-se à relação entre esta Junta de Freguesia de S. Vicente do Pigeiro e a Câmara Municipal, fazendo um ponto de situação relativamente a cada um dos principais projectos desta Freguesia. Começando pela Casa Mortuária afirmou que a situação



anterior era a de ausência de projecto, bem como de terreno para a sua implantação. Actualmente, dispõe já de um projecto que assegura todas as condições mínimas e dignidade necessárias. Desenvolvidas tentativas de negociação para a aquisição do terreno, verificou-se indisponibilidade do proprietário para vender ou permutar, pelo que se prevê avançar para a figura da expropriação que se proporá a esta Assembleia Municipal na sua próxima sessão. É uma construção orçada em cerca de 25 mil contos, esperando em Julho ou Agosto iniciar a respectiva obra.

Quanto à obra no largo Primeiro de Maio, disse o Sr. Presidente da Câmara compreender a sua importância, na medida em que será um contributo para o reforço da autoestima da população e para o seu bem estar, ver aquele espaço ordenado, capaz de desempenhar a sua função de centralidade e de ponto de convívio. Disse ainda que o respectivo projecto está aprovado, decorre a fase de concurso, será brevemente adjudicada a obra que se iniciará durante o mês de Maio, com uma duração prevista de dois meses.

Projecto de iniciativa municipal é a referida ETAR. O Presidente da Câmara aproveitou para sublinhar que esta é a única freguesia do concelho que ainda não tem ETAR construída. Considerando que a Vendinha se encontra numa bacia hidrográfica importante, correndo o Rio Dgebe perto, e vários ribeiros que drenam para a barragem de Alqueva, não é aceitável que continue sem esgotos tratados. O Projecto desta estação de tratamento encontra-se em exposição nesta sala, ficará para consulta da população, a sua construção tem uma duração prevista para dez meses, vai arrancar em Outubro próximo, constituindo um investimento de cerca de cinquenta mil contos, informou o Sr. Presidente da Câmara.

Outro aspecto importante para a Vendinha e para todas as freguesias rurais é a aprovação do Plano Municipal, considerou o mesmo Presidente. É necessário disponibilizar, o mais rapidamente possível, terrenos com vocação para construção. Só assim, os jovens poderão usufruir da possibilidade de construir habitação a custos compatíveis com as suas disponibilidades. Com o alargamento do perímetro urbano de todas as freguesias rurais, a prever no PDM, isso vai ser possível.

Existem ainda, disse o Sr. Presidente da Câmara Municipal, outros dois projectos que não dependem da Câmara mas para os quais é necessário fazer pressão. Nesse sentido, o Sr. Presidente da Câmara lançou um apelo à Sr.^a Deputada Municipal Paula de Deus, também Deputada na Assembleia da República, bem como aos outros dois Deputados eleitos pelo círculo de Évora, para que fosse possível concertar esforços com o poder central, para apressar a construção da variante à freguesia e



da nova ponte do Albardão sobre o Rio Dgebe. São obras previstas em projecto e é necessário realizá-las.

Há, por outro lado, na Vendinha, outras necessidades para as quais não estão disponíveis respostas imediatas, mas que constituem motivo de preocupação, garantiu o Presidente da Câmara, dando com exemplo a construção de um centro de dia para idosos com a valência de lar. Ficou expressa a promessa de que, no próximo mandato autárquico, a Vendinha vai ver construída esta nova estrutura de apoio social, de modo a poder libertar o espaço da Casa do Povo (actualmente usado como centro de dia para idosos) para a sua vocação principal, que é a de salão de acolhimento de eventos culturais, recreativos e outros. No sentido de viabilizar esta promessa o Sr. Presidente da Câmara comunicou ainda que está já a trabalhar com o Sr. Presidente da Junta, na identificação do local mais apropriado para a implantação desse centro de dia com valência de lar de idosos. Ficou também expressa a intenção de continuar o espírito de cooperação e de proximidade entre a Junta e a Câmara, que o Dr. José Ernesto considerou importante para a prossecução dos objectivos apresentados.

PONTO DOIS – INFORMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CME SOBRE A CTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO.

Tomou, de novo, a palavra o **Sr. Presidente da Câmara Municipal de Évora** para referir que esta Câmara realizou, no dia 22 de Março, uma jornada de comemoração do dia internacional da Água, antecipando-se à preocupação generalizada com a seca que aflige o país e particularmente esta região. *“Foram, mais uma vez, expostas as medidas que quer a Câmara, quer outras instituições, definiram para fazer face à situação. Participaram, para além da Câmara e das Juntas de Freguesia, diversas entidades de natureza técnica e institucional ligadas ao problema da Água. Durante uma tarde inteira, foi desenvolvida por esse grupo alargado de entidades responsáveis, uma reflexão muito participada sobre a seca, sobre as medidas a aplicar, e sobre a gestão da água. Este é um problema cada vez mais importante, na sua vertente agrícola, urbana, doméstica. Não se resume à escala da região ou do país, mas tem de ser vivida à escala mundial, já que a água é um recurso cada vez mais finito. Se quisermos garantir uma vida de qualidade para os nossos filhos*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

teremos que levar a sério, mas mesmo muito a sério, o problema da gestão da Água.” Disse o Sr. Presidente da Câmara.

Continuou, o **Sr. Presidente da CME**, com informações sobre o Património de habitação social do Município, em grande parte herdadas do IGAPHE. *“È dessas casas que estão a ser recuperadas e voltam a ser postas à disposição de famílias muito carenciadas, que disponibilizamos mais 21 habitações, garantindo assim o alojamento condigno a mais 87 pessoas. Foi ainda celebrado um contrato para a construção de outros 230 fogos, no quadro da habitação a custos controlados, destinados à população jovem inscrita nos ficheiros da Câmara Municipal.*

Durante o mês de Março foi também celebrado o mês da Juventude - “Março Jovem”- com manifestações artísticas muito diversificadas. Foi preocupação desta iniciativa não se centrar apenas na oferta de concertos de grande qualidade para consumo imediato, mas juntar-lhe momentos de reflexão e dinâmicas específicas da juventude.

Ainda na área da Educação continuamos o programa de reequipamento das escolas primárias e dos jardins de infância. Neste período foi particularmente beneficiado o jardim de infância de S. Sebastião da Giesteira e a freguesia de S. Mamede.

Foi assinado um protocolo com o Programa de Apoio à Recuperação dos Arquivos Municipais (PARAM), que visa dotar de melhores condições técnicas, o arquivo da Câmara Municipal por onde passa muito da história administrativa da cidade e do concelho.

Foi iniciada a obra da estação de tratamento de águas que permite ligar a barragem e a estação de tratamento do Monte Novo aos depósitos do Alto de S. Bento. Esta nova estação vai permitir tratar a água, em maior quantidade e melhor qualidade, destinada ao abastecimento do concelhos de Évora, de Reguengos e do Alandroal.

No dia 1 de Março iniciaram-se as comemorações dos duzentos anos da Biblioteca Pública de Évora. Trata-se de um património de inqualificável importância, pertença da cidade de Évora. Foi iniciada há duzentos anos por Frei Manuel do Cenáculo e encerra preciosidades únicas a nível mundial, tais como os primeiros desenhos da Costa Brasileira que constituem as primeiras cartas do descobrimento do Brasil, as primeiras impressões dos Portugueses recém chegados ao Japão, cartas de navegação de Vasco da Gama, outros documentos raros como os primeiros livros impressos ainda em pergaminho, entre outros. Estas comemorações envolvem um vasto e digno programa de iniciativas a culminar com uma grande exposição desses tesouros escondidos – talvez a maior exposição que alguma vez se fez em Évora - a inaugurar no próxima dia 29 de Junho, dia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

da cidade. Tratando-se de património nacional, esta exposição terá também essa dimensão, e por isso estamos a desenvolver esforços para que venha a ser inaugurada pelo Sr. Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio.

Recebemos, recentemente, uma delegação industrial e comercial de Chartres, cidade francesa geminada com Évora. Esta delegação foi composta por empresários e responsáveis da autarquia e teve como objectivo preparar a presença cultural de Chartres em Évora, a iniciar-se já na próxima semana.

Realizaram-se, entretanto, outras manifestações culturais relacionadas com a Páscoa, nomeadamente um concerto memorável na Igreja dos Loios, com a Orquestra da Universidade de Évora, um projecto no qual a Câmara está fortemente empenhada através de uma parceria com o departamento das Artes desta Universidade.

No período que medeia a última e esta sessão Assembleia Municipal, foram atribuídos aos diversos agentes deste concelho, subsídios no valor global de setenta e um mil euros. Entre estes agentes está o CENDREV que atravessa um tempo de dificuldades resultantes do não cumprimento integral dos compromissos assumidos por parte da Administração Central. Esta é uma das preocupações que gostaria de partilhar com esta Assembleia, solicitando mais uma vez o apoio dos Srs. Deputados à Assembleia da República para a sensibilização do Poder Central para um tratamento da promoção cultural no interior de forma diferente do que está a acontecer;” Concluiu o Sr. Presidente da Câmara.

Abertas as inscrições para a discussão deste segundo ponto da Ordem de Trabalhos, solicitou a palavra o **Sr. deputado Celino Silva**: *“Agradeço as informações do Sr. Presidente da Câmara. Gostaria de colocar algumas dúvidas relativamente à transferência de alguns serviços municipais, que reputo de grande importância, porquanto se relaciona com a reestruturação da Câmara ; relativamente à venda do Parque Industrial da Câmara; e ao aluguer de instalações no Parque Industrial e Tecnológico (PITE).*

Referindo-me, concretamente, à reorganização das instalações da Câmara na Zona Industrial na Horta das Figueiras, tive conhecimento de um abaixo assinado, discutido em reunião de Câmara de 13 de Abril, em que os trabalhadores referem algumas implicações destas transferências, nomeadamente de natureza logística e de apoio anteriormente existente. Por outro lado, tendo em conta o elevado número de trabalhadores e de serviços que são transferidos para a zona do Parque Industrial - Horta das Figueiras, e tendo também em conta os utentes dos mesmos serviços,



pergunto até que ponto encara a Câmara a hipótese de estender a linha azul até ao local. Sabendo que o preço do aluguer daquelas instalações é bastante elevado, que não se trata de uma solução definitiva, chamo a atenção para a necessidade de ter em conta que é estratégico para uma Câmara com esta dimensão, ter a maior estabilidade e a melhor organização dos serviços, sobretudo quando se trata de serviços operacionais que mexem com centenas de trabalhadores. Se tal não for tido em conta a estrutura torna-se muito pesada, do ponto de vista económico financeiro, a suportar pela autarquia e pelo concelho.

Antes de terminar, gostaria de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal se acredita que é possível libertar as instalações do PIC até 30 de Junho. Isto porque a Câmara se encontra num processo de reestruturação complexo; a Câmara deve ter de responder de uma forma muito activa a várias iniciativas até finais de Junho, nomeadamente à Feira de S. João; estando a 30 de Abril, pergunto como é possível desimpedir aquelas instalações do PIC em menos de 60 dias?” questionou o Sr. Deputado Celino Silva.

No período de discussão do primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, usou também da palavra, a **Sr.ª Deputada Maria Helena Costa** para solicitar informação relativa a licenças para venda no mercado da Horta das Laranjeiras. *“Fui abordada por um munícipe que foi informado pelos serviços da CME que não são concedidas mais licenças para venda naquele lugar. Gostaria de perguntar ao Sr. Presidente da CME se confirma esta informação, uma vez que assim sendo muitos pequenos agricultores, que ali vão vender os seus produtos, ver-se-ão de futuro privados de o fazer.”*

Continuando no segundo ponto da Ordem de trabalhos, o **Sr. Deputado Nuno Lino** quis felicitar o Sr. Presidente da CME pela forma como decorreu a iniciativa “Março Jovem”: *“ Não se optou pelo facilitismo da oferta simples de concertos e consumo de álcool, mas sim por um programa abrangente de que fazia parte um ciclo de debates sobre a prevenção das toxico dependências, música e exposições, para além do mediático programa “Levanta-te e Ri”. Pena foi que o Teatro Garcia de Resende não tivesse muito mais lugares para puder receber todos os que desejavam assistir a este programa.”* Concluiu o Sr. Deputado Nuno Lino.

O Sr. Deputado António Metrogos solicitou esclarecimentos sobre o Largo Abel Augusto em Guadalupe. *“ Na documentação que a Câmara nos apresentou diz que esta obra está concluída quando na realidade está muito longe disso. Faltam-lhe todos os bancos, os bebedouros, a*



electricidade, sendo que desde Dezembro passado, o empreiteiro não aparece no local. A Junta de Freguesia pediu informação aos técnicos municipais que nos responderam que a obra já foi entregue. Formalmente a Junta não tem informação e está preocupada com esta situação”.

A estas intervenções dos Srs. Deputados, o **Sr. Presidente da CME** respondeu nos seguintes termos: *“Em relação à questão colocada pelo Sr. Deputado Celino Silva sobre a transferência de serviços eu acredito que é possível realizá-la até 30 de Junho. Tenho confiança nos trabalhadores da Câmara, tenho confiança nos técnicos dirigentes que estão a conduzir este processo. Sabemos que é difícil mas também sabemos que, de facto, os serviços da Câmara estão com um índice de produtividade como não tiveram no passado. Sabemos que a motivação é elevada para a esmagadora maioria dos trabalhadores da Câmara. Para alguns, efectivamente isto não é assim, mas esses, a seu tempo irão encontrando outras formas de manifestar o seu desagrado. De qualquer forma, queria tranquilizar o Sr. Deputado Celino Silva e esta Assembleia porque não há drama nenhum se o prazo de 30 de Junho não for rigorosamente cumprido. A Câmara garantiu uma posição contratual no arrendamento daquelas instalações que estavam há muito tempo concluídas. Interessa realçar que são instalações a estrear que vão dar uma resposta de qualidade quer aos trabalhadores quer aos munícipes. Não estamos, de facto, submetidos a nenhuma pressa. Queremos fazer com calma, com respeito pelos trabalhadores, sem roturas, como fizemos – e já está concluída- a reestruturação de serviços da Câmara. Foi uma reestruturação profunda como, há muito, era necessário. E tudo aconteceu de forma a que os munícipes nem se aperceberam, a não ser para verificarem , de forma progressiva, sensata, mas segura, a melhoria dos serviços, como disse o Sr: Deputado José Luís Cardoso. A reestruturação dos serviços está feita, as nomeações dos novos dirigentes estão concluídas e o seu funcionamento processa-se normalmente. Por isso tenho razões para acreditar que a transferência de serviços irá decorrer nessa normalidade e dentro dos prazos. Quero relevar o empenhamento dos trabalhadores na limpeza do chamado Parque de Materiais da Horta das Figueiras. Foram retiradas muitas toneladas de lixo acumulado desde há 20 anos. Foram ordenados os materiais ainda aproveitáveis o que equivale(sem ter sido)a uma aquisição de muitos milhares de euros.*

Quanto ao abaixo assinado a que o Sr. Deputado Celino Silva se referiu, de facto existiu, foi produzido pela Comissão Sindical que na véspera se reuniu com a Câmara para expor um conjunto de preocupações legítimas dos trabalhadores. Assim, quando nos chegou esse abaixo assinado a maior parte das preocupações estavam resolvidas. São preocupações relacionadas com os novos



balneários que vão ser construídos na Horta das Figueiras para que os trabalhadores possam ter condições sanitárias que respeitem a sua dignidade. Outras preocupações são relativas ao acondicionamento das serralharias, já que na Horta das Figueiras vão ficar todos os serviços oficinais, também chamados serviços operários da CME. Todas essas preocupações de saneamento, fardamento, aquecimento das refeições, condições importantes para o ganho da produtividade, estão de facto garantidas aos trabalhadores.

Para as novas instalações arrendadas no PITE não irão transitar serviços de oficinas. Assim separaremos os serviços mais poluentes no que se refere a ruído, cheiros, produção de poeiras, dos serviços mais técnicos. Estes últimos serão instalados nas duas naves do edifício do PITE que recebem assim um novo armazém da CME, finalmente organizado, com um stock reduzido às necessidades essenciais, já que outra coisa não é aconselhada numa perspectiva de gestão moderna. Em relação ao Mercado das Laranjeiras, referido pela Sr.^a Deputada Helena Costa, posso confirmar que no âmbito do Plano de Recuperação do Rossio de S. Brás, está previsto o tratamento da Horta das Laranjeiras, como elemento essencial de paisagem. Para além deste mercado, também o mercado de terça feira vai ser retirado do Rossio de S. Brás.

Uma cidade que se quer qualificar tem que ter as coisas no sítio. Eu sei que é doloroso cortar com hábitos de muitos anos, mas o caminho para a excelência que nós continuamos a perfilhar, também passa por aqui. O mercado da terça feira vai continuar a acontecer noutra local; o chamado mercado da reforma agrária deve recuperar a sua função original que é a dos permitir aos pequenos agricultores a venda dos seus produtos; terá lugar, provavelmente, nas imediações do mercado primeiro de Maio, este a inaugurar a curto prazo. Assim, confirmo que não serão passadas mais licenças a revendedores que estão a concorrer deslealmente com quem paga os seus lugares no Mercado Primeiro de Maio.

Relativamente ao Largo Abel Augusto, referenciado aqui pelo Sr. Deputado António Metrogos, quero esclarecer que se trata de uma obra com duas fases. A primeira fase encontra-se de facto praticamente concluída, ainda que faltem pequenos pormenores. A segunda fase vai iniciar-se agora e é essa que mais nos preocupa.

Ao Sr. Deputado Nuno Lino quero dizer que me apraz registar o seu agrado como jovem, com o programa do mês da Juventude”. Disse o Sr. Presidente da CME.

PONTO TRÊS - DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DA CME REFERENTE À DOCUMENTAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2004

O Sr. Presidente da Câmara retomou a palavra para apresentar o documento de prestação de contas:



“ O documento de natureza mais técnica, deixo-o para análise dos que tiverem maior vocação e conhecimentos nesta área e centro-me principalmente sobre o Relatório de Gestão: Para além dos aspectos fundamentais da Conta de Gerência, contém dados que permitem apreciar o que foi executado, donde proveio o dinheiro para executar, bem como avaliar a situação financeira actual da Câmara. Na introdução deste documento faz-se uma reflexão sobre as linhas de força do mandato que está a decorrer. De notar que a planificação para um concelho como o de Évora não se faz tendo apenas em conta o curto prazo. Há coisas que planificamos para o curto prazo, há outras para o médio prazo e há outras para o longo prazo, sendo esta uma das características do nosso trabalho. Assim, traçamos no início deste mandato objectivos para quatro anos, e traçamos outros que ultrapassam esse horizonte temporal. Mantemos a coerência com os três grandes pilares que estruturam os seis objectivos iniciais. Esses pilares são: 1) Qualidade de vida para os cidadãos; 2) Desenvolvimento sustentado do nosso território, sendo que este conceito de território junta ao espaço físico, as actividades que sobre ele se desenvolvem; 3) Gestão rigorosa dos recursos humanos e financeiros. Da reunião destes três objectivos macro que consubstanciam os seis objectivos do nosso Plano de Actividades, resulta a excelência, que nós continuamos a apontar como ideia mobilizadora para toda a população do concelho de Évora. A Excelência não significa obras faraónicas, significa qualidade de vida.

Tendo em vista esse objectivo da excelência quisemos, durante este ano, compatibilizar duas opções aparentemente contraditórias: Por um lado, o não endividamento e o pagamento dos compromissos assumidos; por outro lado, quisemos fazer obra nova.

E assim foi. Ficaram praticamente concluídas todas as empreitadas todas as empreitadas que herdamos do executivo anterior. A saber: obras dos programas PROCOM, POLIS, a beneficiação das redes circulares, a nova ligação às Piscinas, muitas obras em Freguesias rurais, todos esses compromissos estão cumpridos e pagos. Ao mesmo tempo que fizemos isso, lançamos obra nova. Neste relatório damos conta do que foram as nossas prioridades:

- Repor a confiança de empreiteiros e fornecedores;
- cumprir compromissos anteriores;
- lançar, e ir concretizando, grandes e pequenas obras;
- afirmar no concreto a solidariedade social;
- tornar a sustentabilidade ambiental uma preocupação e responsabilidade de todos;
- afirmar a competitividade do nosso território como elemento estruturante de políticas de desenvolvimento e criação de emprego;
- promover a cultura e o desporto para todos; estimular a cidadania e tornar mais forte a rede de parcerias com a sociedade civil; promover a dignificação do trabalho num quadro de grande respeito e consideração pelo profissionalismo e dedicação da esmagadora maioria dos nossos funcionários;

Os vários programas vêm definidos a seguir, bem como a lista das obras que nos pareceram mais emblemáticas de cada um dos objectivos traçados, e que vamos progressivamente atingindo.

A partir da página 19 deste documento, está apresentada, com pormenor, a análise das receitas e das despesas. Analisando receitas e despesas correntes entre os anos de 2000 e 2004 verificamos que continuamos com um saldo positivo. Este é mesmo o ano, desde 2000, em que esse saldo positivo é maior. Conseguimos dois milhões quinhentos e noventa mil quatrocentos e cinquenta e nove euros de saldo positivo. E quero lembrar, que com a entrada em vigor da nova legislação conhecida como



POCAL, muita da despesa que anteriormente era despesa de capital, actualmente é classificada como despesa corrente – é exemplo o caso da Feira de S. João, antes considerada despesa de capital e actualmente despesa corrente. Como tal, se não fora essa alteração os nosso saldo seria ainda muito maior. Nas despesas de capital, como é habitual, o saldo é negativo. Mas é de assinalar, apesar da alteração referida, a diferença significativa entre o ano de 2000 e 2004: Em 2000 este saldo foi de menos dez milhões trezentos e setenta e seis mil euros; em 2004 situa-se apenas nos menos dois milhões e seiscentos mil euros. Pela primeira vez, o saldo de despesas correntes positivo equilibra o saldo negativo de despesas de capital, o que é extraordinariamente significativo desse esforço desenvolvido para manter bem controlado o orçamento municipal. A performance relativa à captação de fundos comunitários registou também uma subida significativa.

Analisando a composição das receitas, - é bom ter presente de onde vêm os dinheiro da CME - podemos dizer que no âmbito das receitas correntes, as três grandes fontes continuam a ser: 1) os impostos resultantes do património construído; 2) o imposto municipal sobre veículos; 3) o imposto municipal sobre transmissões onerosas; neste conjunto continuamos a verificar ligeiras subidas. Aquela que deveria ser a principal contribuição para o nosso orçamento, a “derrama”, que é constituída por 10% sobre o lucro das empresas, não atingiu por seu lado, a nossa previsão inicial. Isto traduz a crise datada que a nossa economia vive. Em 2001 e 2002, atingimos valores próximos dos quatro milhões de euros de receitas da “derrama”, e em 2004 pouco mais de metade desse valor.

Porém, um município como o de Évora não pode, como talvez possa um pequeno município com dois ou três mil habitantes, contentar-se com o Orçamento de Estado como fonte única de geração de receitas. Defendo que os Municípios têm que continuar a depender, em boa parte, da redistribuição da riqueza produzida pelos Portugueses, e arrecadada pelo Estado Central através dos impostos. Mas, em nome da solidariedade de todo o território, temos que permitir que a maior parte desses recursos sejam destinados aos pequenos municípios que não têm outras fontes de receita. Apesar disto, no concelho de Évora, os fundos municipais, provenientes do Orçamento de Estado, ainda constituem a principal fonte de receita. Penso que já deveríamos ter um desenvolvimento económico que permitisse que fossem os impostos directos e a actividade municipal a gerarem a maior fatia das receitas.

Chamo a atenção para os empréstimos bancários: representam hoje 3% da nossa receita quando, no passado, chegaram a tingir quase 40% da mesma. Reportam-se a operações de tesouraria de superação imediata, ou seja verbas que entram e no mesmo ano voltam a sair.



Depois de ver de onde vem o dinheiro da Câmara, olhemos agora para onde se gastou esse dinheiro: Está na página 23 deste documento em apreciação, um mapa que demonstra que as nossas principais despesas ainda são com os recursos humanos, que consomem perto de 28,5% do total da despesa. Como podem verificar, desde 20001 a 2004, este volume tem-se mantido mais ou menos constante, havendo até, neste ano de 2004, um ligeiro decréscimo em relação a 2001. É certo que, muito disto, fica a dever-se à política do anterior governo que determinou a suspensão dos aumentos da função pública durante dois anos. Esta medida prejudicou o nível de vida e o poder de compra dos Portugueses que são funcionários públicos, mas também é certo que traduziu um rigor muito grande na despesa com pessoal.

Têm ainda grande significado os investimentos que representam 25 % da nossa despesa. Gostávamos que este valor fosse superior; mas também aqui o POCAL faz sentir a sua influência, ou seja deixaram de ser contados como despesa de capital ou investimento gastos que são agora considerados despesas correntes.

Os bens e serviços constituem, neste documento, o terceiro grupo de despesas. Derivam de alguma contratação de serviços externos que foi feita, bem como das novas relações comerciais das Câmaras Municipais com a EDP. Este último aspecto poderá preocupar alguns mas a seu tempo poderá vir a ser explicado.

Em resumo direi que não há milagres. O que há é gestão rigorosa e ponderada, que queremos cada vez mais transparente, orientada em função de objectivos. Se existe um compromisso muito significativo com o passivo herdado da gestão anterior, se queremos continuar a manter este equilíbrio orçamental, situando o investimento pelo menos ao nível dos 25 ou 30%, sem rotura com os grandes compromissos, sem expectativas de grande aumento de receitas, teremos de ser audaciosos no lançamento de investimentos novos.

Por fim chamo a atenção para a situação de endividamento, apresentada na página 25. Como sabem a Câmara Municipal continua a ter uma situação difícil, mas felizmente podemos finalizar o ano de 2004 dizendo que a nossa dívida decresceu. Esse decréscimo registou-se, fundamentalmente, a três níveis: 1) Perante os fornecedores, o nosso endividamento diminuiu, entre 31 de Dezembro de 2001 e 31 de Dezembro de 2004, em seis milhões e duzentos mil euros, o que é muito significativo e reconfortante; 2) Em operações de leasing e outras operações de financiamento diminuámos um milhão e meio de euros; 3) Diminuímos também o endividamento bancário. No total, desde o principio do mandato até à actualidade, diminuámos a nossa dívida em mais de oito milhões de euros.



Também é gratificante verificar que a nossa execução orçamental se situa ao nível dos 95% nas despesas correntes. Nas despesas de investimento ficamos mais aquém, o que se deve ao atraso dos fundos comunitários. Outro aspecto a realçar é o de mais de 95% da despesa ser previamente cabimentada, um procedimento que foi implementado por este executivo. Do facto de não existir, anteriormente, cabimentação prévia da despesa, resultava um perfeito desajuste entre a execução de despesa e o orçamento aprovado. Também aí as coisas se alteraram.

Srs. Deputados Municipais, posso dizer-vos que a Câmara Municipal está neste momento numa situação financeira de equilíbrio. Difícil mas equilibrada. Estamos longe dos panoramas de rotura com que iniciamos o mandato. Por isso queremos continuar nesta linha de rigor e de contenção de despesas.

Para terminar, quero comunicar que aguardamos uma decisão do tribunal de contas sobre uma contratualização com os nossos credores financeiros, para uma derrogação do nosso prazo de amortização da dívida. Isto equivale a prolongar esse prazo, por forma a diminuirmos o peso sobre a tesouraria, nos vários anos, não contraindo nem mais um tostão de novos empréstimos. No caso da decisão do tribunal vir a ser positiva, como esperamos, e já que os bancos estão de acordo, será um benefício extraordinário para a nossa tesouraria e abrirá portas para volumes de investimento mais significativos, permitindo-nos dar resposta às necessidades da população de uma forma ainda mais eficaz.” Disse o Presidente da CME.

Tomou, de imediato, a palavra o **Sr. Deputado António Serrano**, para elogiar a anterior exposição do Sr. Presidente da CME pelo seu alto valor técnico. “De tão elucidativa esta comunicação quase tornava desnecessária a intervenção da bancada do PS. De qualquer forma, eu gostaria de deixar algumas notas realçando aspectos que considero fundamentais. O ano de 2004 corresponde ao segundo ano de adopção do POCAL, o novo sistema de contas para as autarquias, e que tem subjacente a elaboração das contas municipais numa dupla perspectiva: por um lado, a orçamental, a perspectiva tradicional a que estávamos habituados ; por outro uma nova perspectiva que é a patrimonial e que é comum ao que acontece nas empresas. São estas duas perspectivas que estão reflectidas no documento de contas que nos é apresentado. A primeira, a perspectiva orçamental, analisa o grau de execução dos orçamentos da despesa e da receita, corrente e de capital; A segunda, a patrimonial, dá-nos informação sobre os activos, os passivos e os fundos próprios acumulados pela Câmara ao longo de cada exercício económico. Sendo este o segundo ano de apresentação das contas nos actuais moldes em que a conta de gerência vem acompanhada por um relatório de gestão da



responsabilidade do Presidente que aqui o apresentou, de forma bastante exaustiva e completa, já é possível fazer uma análise comparativa do ano de 2004 com o de 2003. No entanto, a análise comparativa de algumas rubricas destes anos com anos anteriores não é possível, porquanto não seria justa nem adequada, já que a entrada em vigor desse sistema alterou os pressupostos que estavam associados aos requisitos de contabilização das receitas e das despesas. Quero aproveitar esta ocasião para saudar a Câmara e os seus serviços pela significativa melhoria dos documentos de 2004 face aos de 2003. Estou certo que esta melhoria vai continuar, nos próximos anos, dada a experiência adquirida e a sofisticação dos meios de registo e de controlo, adoptados.

Apreciando as contas, gostaria de realçar alguns aspectos: 1) O esforço colocado na conclusão das empreitadas assumidas pela anterior gestão. De outra forma não poderia acontecer. Concordando, ou não, esta Câmara sobre honrar esses compromissos, soube respeitar, executar, concluir e pagar, o que é de facto de assinalar. Lançaram-se, ainda assim, novos concursos para novas obras de grande importância para o concelho, realizaram-se muitas obras e diversas intervenções em todas as freguesias. Tudo isto reduzindo o passivo de médio e longo prazo. Devo acrescentar que um concelho não vive apenas de grandes obras; há muitas pequenas obras que têm impacto directo na vida dos munícipes e que só eles sentem. Quem vive e não sai da cidade não se apercebe. Esse é um esforço para melhorar todo o concelho que me apraz sublinhar.

2) A manutenção da estrutura do relatório de gestão que a Câmara agora nos propõe, por objectivos, programas e acções, vai certamente contribuir para fazer um balanço objectivo e rigoroso deste mandato. Todos nós, a bancada que suporta o executivo e a oposição, teremos elementos para avaliar o que foi e não foi feito. Verifica-se que o critério foi constante, houve coerência na forma de apresentação dos elementos.

3) O Património da Câmara registado à luz do POCAL, duplicou de 2003 para 2004: Passou de setenta e oito milhões de euros, para cerca de trezentos e sessenta e sete milhões de euros. Podemos assim afirmar que a gestão da Câmara, à luz destes critérios contabilísticos, demonstrar uma melhoria do património líquido da Câmara. O património líquido é aquilo que resulta da diferença entre o activo e o passivo assumido. Naturalmente que isto conforta os munícipes e deve reconfortar também os Srs. Deputados. Os resultados líquidos de exploração da Câmara, resultante da diferença entre os proveitos e os custos de exploração, aumentaram 40% em 2004 face a 2003, situando-se, no final do ano, nos oito milhões de euros. Se de uma empresa se tratasse, este valor corresponderia ao lucro da empresa. Naturalmente este é outro factor positivo.



Resultante da política de controlo e recuperação financeira, os resultados financeiros – que se obtém pela diferença daquilo que se paga de juros à banca e o que se recebe de juros de depósitos e outras actividades financeiras,- melhoraram em cerca de 20%. Também aqui se nota um esforço significativo para a melhoria da gestão dos recursos colocados à disposição da Câmara.

É claro que nem tudo são rosas, e todos temos que estar conscientes de que as finanças municipais continuam gravemente deficitárias para as necessidades de investimento do concelho, tal como o Sr. Presidente da CME aqui referiu. Face ao défice crónico do orçamento de capital que é sistemático ao longo de já muitos anos, em 2004 voltou a ser fortemente financiado pelo superavit do orçamento corrente. A boa notícia aqui, é que desta vez foi possível financiar o défice no orçamento de investimento com o próprio orçamento de despesa corrente, coisa que já não acontecia há algum tempo. Em anos anteriores, aquilo que foi feito para financiar o défice do investimento era recorrer sistematicamente a empréstimos bancários, o que conduziu ao descalabro que hoje temos, apesar do esforço de melhoria. O défice de capital em 2000 foi de dez milhões de euros. Em 2004 situou-se em dois, ponto sete milhões. É obra significativa para três anos e meio de trabalho. É bom que todos tenhamos presente que com as actuais regras de financiamento municipal, não é possível continuar uma política de desnorte de endividamento continuado. Tal não é mais possível. A situação é de tal modo grave e desequilibrada que 60% dos empréstimos contraídos na banca destinam-se a saneamento financeiro. Apenas 39% deste recursos que vamos buscar à banca é para resolver problemas da população, ou seja para suportar investimento. De facto não há milagres. Mas temos que encarar soluções com coragem para relançar a actividade municipal, por forma a ultrapassar esta dificuldade. As fontes principais de financiamento das actividades da Câmara continuam a ser os fundos municipais oriundos do orçamento, em 81%. Embora aqui haja um equilíbrio muito interessante com as actividades municipais que já quase que igualam aquilo que captamos do orçamento de estado. O peso das despesas com pessoal diminui sistematicamente ao longo do mandato, e eu julgo que é muito positivo que isso aconteça, já que se trata de uma fatia substancial do nosso orçamento, representando actualmente 48%. Em 2002 representava 58% do orçamento. As aquisições de serviços aumentaram de forma significativa; fixam-se em 27 % do orçamento total em 2004, contra 19% em 2001. Este aumento é justificado por vários motivos entre os quais a resolução do compromisso com os resíduos sólidos urbanos, que teve de ser pago à AMDE, correspondendo isto a dois milhões e quinhentos mil euros. Por outro lado, a nova forma de contabilização das despesas e das receitas, por exemplo com empresas como a EDP em que deixou de ser possível a compensação de saldos, e obriga a que cada uma das partes compre, venda, pague e cobre,



respectivamente; naturalmente que isto faz empolar a aquisição de serviços mas também faz empolar as receitas.

Em síntese, eu diria que o ano de 2004, tal como os anteriores, foi condicionado pelos efeitos de uma gestão. que eu classificaria de calamitosa e descontrolada, consolidada ao longo de muitos anos de gestão da CDU. Essa gestão levou mesmo a que a Câmara Municipal de Évora figurasse entre as primeiras no país, com maior valor de incumprimento dos limites de endividamento; figurava também entre as Câmaras com

menor credibilidade junto de fornecedores e empreiteiros. Restaurar a confiança junto dos gentes económicos e sociais; traçar e iniciar um novo caminho determinado de recuperação das finanças municipais, adoptando uma cultura de rigor e bom uso dos dinheiros públicos, são só por si valores e acções concretas de que, toda a Assembleia Municipal, e todos os munícipes, se devem orgulhar. Honrar os compromissos herdados, fazer novas obras, lançar novos desafios para o futuro permitem classificar o esforço realizado pela Câmara, e por todos os funcionários, com altamente meritório. Ficam todos vós, penso eu, credores do reconhecimento geral dos munícipes. Para finalizar volto a lembrar esta Assembleia que os tempos que vivemos, e os próximos, não são compagináveis com demagogia, irrealismos, com acusações pantanosas na rua, com fugas para a frente; antes exigem racionalidade, determinação, transparência no relacionamento com os munícipes, muita responsabilidade, e muita verdade acima de tudo. A memória não é tão curta como alguns pensam”. Concluiu o Sr. Deputado António Serrano.

O **Sr. Deputado José Luís Cardoso** pronunciou-se, de seguida: “Esta Conta de Gerência para mim, pouco mais é que Chinês. Não soube lê-la. Contudo, pela sua clareza, permito-me analisar o Relatório de Gestão que demonstra o rigor extremo na administração dos bens comuns, de V.Ex^a.s são depositários. Verifica-se uma diminuição excepcionalmente significativa de compromissos com despesas de capital, isto é, deixar de pedir dinheiro aos outros para investir. Este relatório traduz uma gestão extremamente séria do executivo em funções, no qual todos nos podemos rever pelo rigor e transparência com que aqui se apresenta. Sem fugas para a frente, sem enganar fáceis, com verdade. Por isso, obrigado a todos.” Disse o Sr. Deputado José Luís Cardoso.

O **Sr. Deputado João Andrade Santos** comentou nestes termos, os documentos em análise: “ Li com atenção e interesse o Relatório de Gestão. Li com mais alguma dificuldade os números da Conta de Gerência, tive, aliás, de utilizar algum apoio para isso, já que de facto esses números na



parte relativa à análise de execução do Plano Plurianual de Investimentos são tão pequeninos que, de facto, quase não se conseguem ler. Eu sugeriria que se utilize o que a técnica viabiliza hoje, que é imprimir os mapas na horizontal em vez da vertical, permitindo uma leitura completamente diferente. Porque estes documentos são para ser compreendidos, deve ser-lhe garantida outra legibilidade.

Eu diria, em relação à prestação de contas, que ganharemos também em clareza, se passarmos a ter aquilo que o POCAL – o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais - exige. A saber: inventários físicos completando a documentação financeira. Isso é importante porque com o crescimento das transferências patrimoniais para o Município, vinda nomeadamente de loteamentos urbanos, o inventário físico deve ser feito com discriminação obra a obra, loteamento a loteamento. Tal como no ano passado se assinalou, aquando da análise das contas de 2003, esse inventário físico é uma obrigação legal. Tal como é obrigação legal, um mapa das alterações patrimoniais (registando as variações patrimoniais) que se dão quando obras, quer por administração directa, quer por empreitada, alteram o valor dos nossos bens. Esses são elementos fundamentais, e eu espero que para o próximo ano, os ditos relatórios apareçam para nos permitirem, saber em concreto, como é que a verba que nos surge referida na Conta de Gerência, se traduz fisicamente. Para que os eleitos e a população possam conhecer esses bens, saber onde estão e em que estado se encontram.

Por outro lado, ainda no domínio da prestação de contas, gostaria de chamar à atenção para o facto de existir um conjunto significativo de participações – a Habevora e as Águas Centro Alentejo são as mais notórias, das elencadas num dos mapas apresentados, - a que correspondem obrigações de aprovação de contas, nessas empresas, durante o mês de Março. Consequentemente, a prestação de contas à Assembleia Municipal, agora no fim de Abril, deveria conter informação sobre o funcionamento dessas empresas, sobre as obras feitas. Penso que de futuro isso deverá ser presente no momento da avaliação das contas anuais da CME.

Quanto às taxas de execução relativas a despesas cabimentadas, conforta-me saber que estão a ser previamente cabimentadas, mas parece-me mais importante, para conseguir ter uma visão física do que foi feito, ir à Conta e olhar para os números. No que toca à execução do Plano Plurianual de investimento, esses números dão-nos informações importantes. O capítulo treze, com seis páginas bastante densas e difíceis de ler, dizem-nos dos investimentos realizados em três anos. Esses investimentos representam, em síntese, 26,48%. Esta é a taxa de execução acumulada nos três anos: Trinta e quatro milhões em cento e catorze milhões de euros que foram orçamentados e corresponderam aos três Planos de Actividades de 2002, 2003 e 2004. Ou seja, a taxa de realização



dos investimentos face aos compromissos assumidos em Plano e Orçamento, nestes três, anos foi de cerca de 26%. Ora, ao fim de três anos, confortar-nos-ia que essa taxa estivesse mais próxima dos 75%. Verificamos que, o domínio em que essa taxa foi mais baixa, foi precisamente a Cultura... curiosamente, numa cidade em que o investimento cultural é fundamental esse investimento situou-se nos 6,17%.

O relatório refere que se cumpriram os compromissos que vinham do passado, e eu direi que, efectivamente, as obras significativas que se vêem fisicamente no terreno, e que se vêem através dos números, neste décimo terceiro capítulo da Conta, são aquelas que foram herdadas. Terá sido a pesada herança, de que fazem parte: A urbanização de espaços públicos decorrente do PROCOM; todas as intervenções no Teatro Garcia de Resende; as vias de ligação das Piscinas ao bairro Vista Alegre; o Mercado Primeiro de Maio, (e seria bom sabermos quando é que será inaugurado, espero que não seja nos últimos dias de Setembro); o POLIS, ainda que parcialmente, porque foi pena que a parte do Parque Urbano tivesse sido esquecida ou não considerada; algum pacote de habitação social que estava preparado e que cuidadosamente tem sido travado pelo anterior governo; contentores subterrâneos no Centro Histórico; entre outras coisas... efectivamente, aí a taxa de execução ultrapassam em geral os 70%. Eu posso interrogar-me, e interrogarei, com toda a amizade o Sr. Presidente da CME, se efectivamente com alguns projectos que existiam, não teria sido possível ir mais longe na taxa de execução. Falo de projectos como a Variante Nascente, o Parque Urbano, o Projecto de Remodelação do Parque das Piscinas, projectos estes já feitos, que representavam um importante volume de meios financeiros, eventualmente susceptíveis de recurso a financiamento externo, nomeadamente comunitário.

Verifico, com satisfação, que o projecto do Complexo Desportivo foi recuperado. Congratulamo-nos por isso, mas parece-me que em termos de novos projectos e novas intervenções a Conta nos dá aspectos muito significativos: É particularmente claro, tudo o diz respeito à recuperação do Parque Escolar, (de facto uma intervenção muito visível), ainda a intervenção em matéria de habitação social, sem esquecer a primeira grande obra deste mandato que foi o abate dos pavilhões do Rossio de S. Brás. Obviamente, também a Ecopista de que já hoje falamos abundantemente, e que constitui uma operação extremamente simpática, ainda que se possa considerar discutível a asfaltagem, mas isso é só um pormenor...

Em termos de gestão, vejo com preocupação, uma tendência que parece desenhar um afunilamento na gestão do Presidente da Câmara e, receio alguns reflexos na operacionalidade da mesma. Contrariamente a tudo quanto foi dito de muito optimista em relação aos serviços da Câmara, é



conhecido o desempenho naquilo que é mais sensível, ou seja o despacho de processos que aumentou em tempo mas não em eficácia. Por isso eu não partilharia uma visão tão optimista como a que aqui foi apresentada, ainda que me fosse particularmente grato, não só partilhá-la, como puder acrescentar: “José Ernesto isso está melhor ainda!”, mas não posso.

Quanto à redução de custos com pessoal, há efectivamente uma pequena redução de 2003 para 2004, mas que é na ordem das centenas de milhar de euros, e em contrapartida verifica-se um crescimento significativo dos serviços adquiridos no exterior. Alguns deles, correspondem por ventura, a operações que poderiam ser efectuadas por trabalhadores da Câmara.

Em relação ao endividamento, e recorrendo ao mesmo documento, na página três regista-se que a dívida à Banca se reduziu em zero ponto nove milhões, mas o endividamento de curto prazo cresceu em, um ponto cinco milhões.

Consequentemente, este documento, quando lido com atenção, pode revelar, por ventura, que há coisas que não estão totalmente controladas.

Para terminar, eu diria que o problema que me parece mais pesado neste ano de 2004, é a falta de encerramento do processo de elaboração do Plano Director Municipal. O Plano Director arrasta-se, traduz eventualmente alguma incapacidade para dirigir equipas e serviços. Ainda não está produzido um documento com as características que o Plano Director tem que ter. As consequências fazem-se sentir, quer no Parque Industrial, quer no Parque de Feiras, quer na não expansão das Freguesias, seja na sua vertente habitacional, ou industrial. Tudo isto pesa bastante, pelo que afirmo que este é o problema com reflexos mais amplos na vida do concelho, reflexos que todos estamos a sentir. Gostaria de ter visto em 2004 a conclusão e a viabilização do PDM”. Declarou o Sr. Deputado João Andrade Santos.

A palavra foi então devolvida ao **Sr. Presidente da Câmara** que respondeu às questões que lhe foram colocadas, nos seguintes termos: “Em relação às palavras do Sr. Deputado António Serrano, dada a sua reconhecida competência técnica nesta matéria, e com todo o respeito pelos outros membros da Assembleia, ressoam sempre a críticas fundamentadas. As considerações positivas são recebidas como um estímulo para continuar. E como referiu, não podemos perder de vista que entre 2002 e 2004 entrou em vigor um novo sistema de contabilidade das autarquias, o POCAL, o que obriga a que sejamos cuidadosos e ponderados, porque levanta várias questões, algumas das quais com aplicação no que o Sr. Deputado João Andrade Santos acaba de referir. Não se podem pois fazer leituras directas. Aproveito para responder à questão da falta de apresentação a esta



Assembleia do inventário patrimonial, de que todos temos consciência. O inventário está feito. Foi desenvolvido pelos serviços da CME em parceria com uma empresa do exterior. Mas se fossemos distribuir uma cópia a todos os membros da Assembleia, teríamos também que distribuir um carrinho de mão, sem que isto constitua uma paródia. A seu tempo os meios evoluirão para tornar possível a entrega desses elementos. Só para que todos possam ter uma ideia do que estamos a falar, note-se que, cada vez que a Câmara Municipal faz um caminho rural qualquer, ou coloca um banco de jardim, isso é investimento que se traduz em património, que vai reflectir-se nos activos da CME. Agora vejam quantas pequenas obras têm de ser inscritas, e quantos calhamaços daí resultam. O processo de implementação do POCAL, segundo orientações quer da Associação Nacional de Municípios, quer da Direcção Geral de Administração Local, quer da Direcção de Finanças, não é automática. Porque a revolução que o POCAL implica é tão grande que a adequação só pode ser progressiva.

Em relação às obras propriamente ditas, não aceitamos a acusação de que era possível ter feito mais. Não era Srs. Deputados porque milagres não fazemos. As contas traduzem é uma execução de mais de 76%, como o Sr. Deputado João Andrade Santos referiu, sendo que não estamos ainda no fim do mandato. Estamos a avaliar três anos com condições absolutamente excepcionais quer em termos de condições internas, quer das condições emanadas do Poder Central.

Por outro lado, o Sr. deputado João Andrade Santos, também referiu a taxa de execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) situada nos 26,4%. Esta é uma taxa extraordinariamente boa. Senão vejamos: O que é o PPI ? É um conjunto de obras projectadas no primeiro ano do mandato para realizar nos anos seguintes, mesmo em anos que vão para além do mandato. Por isso, esta taxa de execução é muito boa. Posso dar-lhe um exemplo, entre muitos outros possíveis: a Pista de Atletismo, a aprovar na próxima ordem de trabalhos. Só será executada em 2006, já está fora deste mandato. Por isso esta taxa só pode significar motivação e nunca desvalorização do imenso trabalho que foi feito.

O Sr. Deputado João Andrade Santos manifestou a sua preocupação em relação a três grandes projectos, a saber: 1) Variante Nascente. É um projecto que estava feito, tinha sido aprovado pelo anterior executivo mas nunca foi executado. Este projecto foi recuperado, foram-lhe introduzida uma ligeira alteração no que respeita ao entroncamento. É uma via que deverá ligar a circular já feita e que termina à LAGRIL à circular nova que foi feita por detrás do Intermarché, exactamente à última rotunda. A ligação vai passar atrás do Bairro da Sr.^a da Saúde, por baixo do Bairro de St.^a Luzia, direito ao Bairro 25 de Abril, a sair atrás do Intermarché. A alteração proposta deverá ser aprovada



na CME a curto prazo. Estamos a procurar reunir as condições financeiras. É uma obra que demorará dois ou três anos.

2) Em relação ao Parque Urbano temos previsto construção não de um mas de dois Parques Urbanos. Um, do lado da entrada de Arraiolos, confinando com espaço “no edificandi”, entre o convento da Cartuxa e a cidade. Será uma zona verde, muito arborizada, com percursos pedonais. O Outro Parque Urbano que iremos fazer será a recuperação do Rio Xarrama, no seu troço entre o Bairro de Sta. Luzia e a estrada de Reguengos, depois da ponte, quase perto do aeródromo. O Parque Urbano que estava previsto no anterior PDM desdobra-se assim em dois, um a Nascente e outro a Poente, porque nós não concordamos com a localização anteriormente prevista, já que obrigava a muito pesadas expropriações de terras e confinava com o actual Parque Urbano que é a zona verde e a Mata do Jardim Público.

3) Em relação ao Parque de Piscinas será logo que possível lançada a obra. Não foi ainda porque se identificou uma divergência técnica entre o projecto que encomendamos e a opinião dos serviços da Câmara. Estamos de acordo com a opinião dos serviços e, por isso, temos ainda de introduzir alterações à proposta dos projectistas. Assim, este ano não vamos ainda ter obras no Parque de Piscinas mas espero que as mesmas possam acontecer num horizonte próximo.

Quanto ao “afunilamento no Presidente da Câmara” simplesmente não existe. A Câmara desenvolve a sua actividade dentro daquilo que é normal. As competências que cabiam ao Sr. Vereador João Libório foram distribuídas por mim e pela Sr^a. Vereadora Fernanda Ramos, já que a Sr^a Vereadora Filomena Araújo não pode assumir funções a tempo inteiro na Câmara, dadas as grandes responsabilidades que já assume da Direcção Geral de Saúde em Lisboa. Felizmente, hoje, a Câmara dá muito menos trabalho mercê da colaboração, do extraordinário empenho, e da lealdade com que colabora a maior parte dos Serviços e dos seus responsáveis.

O tempo de despacho dos processos de obras também continuará a diminuir. Está um curso a preparação de novos contributos para continuar a melhorar os resultados. De facto, este é um sector crítico de todas as Câmaras municipais e talvez um dia, esta Assembleia possa debater esta questão de uma forma distendida, já que se trata de uma preocupação de todos os munícipes.

Para terminar, também eu estou de acordo que o PDM é a questão mais grave que a CME tem para resolver. Não estou de acordo que isso se deva a incompetências ou incapacidades. A história da revisão deste PDM, como a história da revisão de outros PDM's reflecte a necessidade absoluta de mudar certos conceitos e perspectivas, sob pena de podermos estar a contribuir para um extraordinário retrocesso no nosso processo de desenvolvimento, pelo qual teremos de responder



perante futuras gerações. Falo, por exemplo, das regras de acolhimento de investimento empresarial a que o Alentejo está submetido e que só contribuem para o desemprego, para a desertificação e para a ineficácia do nosso processo de ordenamento. Teremos de ser todos a contribuir para a alteração disto, sem querermos retirar dividendos partidários dos atrasos que efectivamente existem no processo de licenciamento e ordenamento do território e na revisão do PDM.” Concluiu o Sr. Presidente da Câmara de Évora.

Tendo o **Sr. Presidente da AME** colocado à votação o Relatório de Gestão, o mesmo foi aprovado por maioria, com 20 votos a favor dos eleitos do PS e 11 abstenções dos eleitos da CDU. Logo de seguida, foi igualmente colocada à votação a Conta de Gerência tendo a mesma sido aprovada por maioria, com os mesmos 20 votos a favor da bancada do PS e 11 abstenções da bancada da CDU.

PONTO QUATRO – DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DA C.M.E. PARA APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2003.

Retomou o **Sr. Presidente da CME** a palavra para justificar, assim, a apresentação desta proposta: *“Pelas razões já anteriormente explanadas, esta era uma insuficiência verificada na apresentação das contas relativas ao ano de 2003. Ainda não tinha sido submetida à aprovação desta Assembleia este ponto relativo ao exercício de 2003, vimos agora fazê-lo com o objectivo de acertar o passo com o previsto no POCAL.”*

Não se tendo verificado inscrições para o uso da palavra, o **Sr. Presidente da AME** submeteu à votação este quarto ponto da ordem de trabalhos que registou aprovação por maioria, com 22 votos a favor do PS e da CDU, e 1 abstenção da CDU.

PONTO CINCO - DELIBERAÇÃO SOBRE PROPOSTA DA C.M.E. PARA APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2004.



Também aqui não se verificaram solicitações para o uso da palavra, pelo que o **Sr. Presidente da AME** colocou à votação este quinto ponto da ordem de trabalhos, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 20 votos a favor, dos Srs. Deputados do PS e 2 abstenções dos Srs. Deputados da CDU.

PONTO SEIS – DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DA CME PARA REPARTIÇÃO DO SALDO ACTUAL DE RESULTADOS TRANSITADOS.

Não tendo nenhum dos Srs. Deputados manifestado interesse em pronunciar-se, o **Sr. Presidente da AME** colocou à votação este sexto ponto da ordem de trabalhos que obteve aprovação por maioria, com 23 votos a favor da bancada do PS e da CDU e 3 abstenções da bancada da CDU.

PONTO SETE - DELIBERAÇÃO SOBRE UMA RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA CÂMARA TOMADA NA SUA REUNIÃO DE 8/09/2004, REFERENTE À VENDA DE 3 LOTES DE TERRENO À COOPERATIVA DE HABITAÇÃO ECONÓMICA CHC.

O **Sr. Presidente da CME** explicou que esta proposta tem como objectivo criar sintonia entre documentos anteriormente aprovados, e que por lapso de redacção não concordavam nos seus termos, pelo que a Câmara já rectificou a sua deliberação e o mesmo é agora proposto á AME.

Como não se verificaram inscrições para o uso da palavra, o **Sr. Presidente da AME**, pôs à votação este sétimo ponto da ordem de trabalhos que registou aprovação por unanimidade.

PONTO OITO – DELIBERAÇÃO SOBRE PROPOSTA DA CME RELATIVA AO PROCESSO NÚMERO 28 – HASTA PÚBLICA PARA



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

VENDA DE LOTES MUNICIPAIS DESTINADOS A HABITAÇÃO, COMÉRCIO/ SERVIÇOS E HABITAÇÃO/COMÉRCIO, LOCALIZADOS NAS SEGUINTE ZONAS DO CONCELHO: 1 NO BAIRRO DOS CANAVIAIS, 3 NO FERRAGIAL DO MOINHO DO CU TORTO, 3 NA HORTA DOS ÁLAMOS, 2 NO BAIRRO DA MALAGUEIRA, 5 NO BAIRRO DE SANTA LUZIA E 2 EM S. MIGUEL DE MACHEDE

Na ausência de manifestações de interesse no uso da palavra, o **Sr. Presidente da AME** submeteu este ponto à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

PONTO NOVE – DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DA CME REFERENTE AO PROCESSO NÚMERO 29 – HASTA PÚBLICA PARA VENDA DE LOTES MUNICIPAIS DESTINADOS A EQUIPAMENTO SOCIAL, EQUIPAMENTO HOTELEIRO, JARDIM DE INFÂNCIA E LAR DE IDOSOS, LOCALIZADOS NAS SEGUINTE ZONAS DO CONCELHO: 1 NA HORTA DAS FIGUEIRAS, 2 NA HORTA DOS ÁLAMOS E 1 NA TAPADA DO MATIAS.

O **Sr. Deputado Celino Silva** declarou ter algumas dúvidas por esclarecer em relação ao lote da Tapada do Matias, Quinta da Tapada, com 4 287 metros quadrados, destinados a equipamento hoteleiro. E que dada a ausência de fundamentação na acta da reunião pública de Câmara que aprovou este processo, vai abster-se nesta votação e solicita informação complementar, nos termos previstos no regimento e na Lei.



Com a confirmação por parte do Sr. Presidente da AME do direito a essa consulta, passou-se à votação do oitavo ponto da ordem de trabalhos. O mesmo foi aprovado por maioria com 20 votos a favor de Srs. Deputados do PS, e 6 abstenções de Srs. Deputados da CDU.

PONTO DEZ – DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DA CME PARA A AQUISIÇÃO DE 9 HECTARES DE TERRENO PARA INSTALAÇÃO DO PARQUE DESPORTIVO MUNICIPAL, (AGENDADO EXTRAORDINARIAMENTE).

O Sr. Presidente da CME usou da palavra palavra para explicitar a localização do terreno e a função a que se destina: *“Estes nove hectares serão utilizados para construção de infra estruturas desportivas. Acolhe nesta primeira fase a pista de atletismo, um campo com as dimensões de um campo de futebol dotado de relvado sintético, uma bancada coberta com dois mil e quinhentos lugares, para ser utilizado pelo Clube de Rugby de Évora. Trata-se de um projecto que se espera esteja concluído durante o mês de Junho, e a ser posteriormente aprovado pela Câmara, podemos prever que, durante o Verão, seja lançado o concurso para a construção da Pista de Atletismo.”*

Na ausência de inscrições para o uso da palavra, o Sr. Presidente da AME colocou à votação este último ponto da ordem de trabalhos, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

APROVAÇÃO EM MINUTA

O Plenário aprovou em minuta e por unanimidade os pontos 3, 4,5,6,7,8,9 e 10 da Ordem de Trabalhos da presente acta, nos termos do nº3 do art.º 92 da Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Posta à consideração do público a oportunidade para o uso da palavra por parte dos cidadãos presentes, não se manifestaram interessados, pelo que o Sr. Presidente deu por terminada a sessão pelas vinte horas e trinta minutos. Desta sessão, e para constar, lavrou-se a presente acta, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Presidente – Luís Manuel Capoulas Santos

1º Secretário – José da Silva Costa Russo

2º Secretário - João Luís latas Lázaro

(Acta aprovada na sessão de 24/06/05 por 25 votos a favor e 8 abstenções)